

ILDA APARECIDA DA SILVA RESSAI

**PROJOVEM SABERES DA TERRA: A PRÁTICA DA LEITURA E DA
ESCRITA, ENQUANTO ATIVIDADE EMANCIPATÓRIA DOS
SUJEITOS DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à banca do Curso de Especialização em
Educação do Campo da Universidade Federal
do Paraná. Como requisito parcial para
obtenção do grau de especialista.

Profª Orientadora: Elsi do Rocio Cardoso Alano.

MATINHOS

2011

PROJOVEM SABERES DA TERRA: A PRÁTICA DA LEITURA E DA ESCRITA, ENQUANTO ATIVIDADE EMANCIPATÓRIA DOS SUJEITOS DO CAMPO

RESSAI, Ilda Aparecida da Silva¹
ALANO, Elsi do Rocio Cardoso²

RESUMO: Entender a educação do campo enquanto política pública que conquistou espaço como nova modalidade educacional consiste em perceber os limites e abrangências inculcados no processo de construção de uma sociedade com novos preceitos. Este estudo oferece um balanço bibliográfico sobre as problemáticas que envolvem a prática da leitura e da escrita como atividades priorizadas pelo Programa ProJovem – Saberes da Terra enquanto possibilidade de qualificação profissional, escolarização e o desenvolvimento dos indivíduos. O desenvolvimento da escrita e da leitura, de maneira objetivada pelo projeto por ora analisado como ferramenta no processo de aprimorar as potencialidades dos sujeitos enquanto ser social.

Palavras-chaves: leitura; escrita; ProJovem; educação; campo

1 INTRODUÇÃO

A leitura no contexto escolar do campo se apresenta como um locus de discussão importante principalmente se considerarmos os procedimentos propostos para as práticas dessa atividade. O sistema educacional público brasileiro aparece como um dos fatores fundamentais para os baixos índices de leitura, não imunizando alunos e professores da cidade e do campo de um processo que acaba culminando no raro acesso sistemático ao conhecimento produzido, seja ele de vocabulário, de informação, de capacidade de expressão e interpretação da leitura.³

A leitura envolve questões de revalorização da história, da identidade e da cultura da comunidade na tentativa de desenvolver melhores condições de

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo – Projovem Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná - Litoral, e-mail: dinharessai@ig.com.br

² Educador Orientador, Elsi do Rocio Cardoso Alano, UFPR Litoral.

³ Os dados do MEC/INEP do ano de 2003, conforme estudos realizados pelo EDUDATA indicam que dos 96.600 estabelecimentos públicos de ensino fundamental da zona rural localizados no Brasil, apenas 5.752 possuem bibliotecas, sendo que, o número de matrícula para a mesma faixa etária ultrapassou os 6.136.317. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf>. Acesso dia: 26/04/2011.

existência nesse espaço social. A observação crítica da sociedade viabilizada pela leitura é de fundamental importância na definição de quais obras e leitores devem ser priorizados num processo que busca eliminar a reprodução ingênua do atual modelo de organização da sociedade, bem como preparar tais sujeitos para um enfrentamento das contradições e dos desafios do cotidiano.

A leitura enquanto finalidade política se apresenta como fator fundamental no cumprimento de propósitos e interesses sociais. Os estudiosos da pedagogia da leitura desde os anos 80 vêm desenvolvendo uma concepção que:

(...) pressupõe a inserção de sua prática [da leitura] na esfera social, histórica e ideológica, pois argumenta a favor da luta pela competência do leitor não só em termos dos conteúdos referenciais, mas, e, sobretudo, da sua competência enquanto leitor das relações sociais que permeiam seu meio sócio-histórico. (ZAPPONE, 2008, p. 135)

A educação necessita impor como finalidade primordial o desenvolvimento de leitores críticos devendo, dessa forma, discutir questões que envolvam as suas implicações no que diz respeito aos conteúdos e metodologias de leitura. Os textos remetem a uma determinada natureza, pertencem a determinados espaços discursivos específicos. Desta forma, a reflexão sobre quais leituras devem ser realizadas perpassam pela compreensão e crítica dos aspectos da realidade. Permitindo ao leitor um entendimento objetivo de tais aspectos não priorizando a omissão dos mesmos.

Muitas são as dinâmicas resultantes do universo da leitura, assim como são vários os motivos que diferenciam as experiências vivenciadas por cada leitor. Na tentativa de deixar de ser mera reprodução de significados por vezes institucionalizados para se transformar em processo dinâmico, democrático e produtivo da leitura, o aluno assume a condição de sujeito e se percebe enquanto leitor e reproduzidor das várias possibilidades interpretativas que a leitura propicia.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA...

Historicamente a tradição política do Brasil nos revela a ausência de uma tradição da cultura de leitura, que, por sua vez, vêm sendo reforçados pelos entraves que a política cultural causa , segundo Theodoro Silva, entraves "à popularização da leitura, do livro e da biblioteca, pela reprodução do analfabetismo, da evasão e da repetência escolar." Ainda de acordo com o autor qualquer retrospectiva histórica voltada para a análise da presença de leitura na sociedade brasileira aponta para aspectos de injustiça social (SILVA, 1986).

A abrangência e os efeitos causados pelo desenvolvimento da leitura têm a finalidade de propiciar ao indivíduo uma ciência de seus efeitos na relação com pessoas e a concepção sobre o mundo no qual está inserido. Normalmente o baixo índice de escolaridade está associado com a qualidade e condições de acesso aos livros revelando à fundo as raízes do problema. Dentre todas as problematizações abordadas, segundo Flamarion Maués, "uma deve ser vista com especial preocupação: a exclusão da leitura que está forçada grande parte da população brasileira" (MAUÉS, 2002 apud. BRASIL, 2008, p. 17).

Na tentativa de superar as concepções de ensino voltado para os aspectos tecnológicos (decodificação e recodificação) da apreensão da língua escrita, a utilização do conceito letramento nesse processo implicará na compreensão de práticas sociais efetivas de leitura e escrita.⁴ Um dos critérios do uso frequente do termo remete ao fato de que inúmeros grupos sociais utilizam de maneira diversificada a leitura e a escrita em relação às suas práticas sociais e culturais.⁵

Este estudo oferece um balanço bibliográfico sobre as problemáticas que envolvem a prática da leitura e da escrita como práticas priorizadas pelo Programa

⁴ Para maiores informações sobre o conceito letramento consultar: KLEIMAN, 1995; SOARES, 2002, ROJO, 1998, TFOUNI, 2002, GOULART, 2001 cf. BRASIL, 2008, p. 18.

⁵ Ver mais em Charles Trocate: Disponível em: <<http://www.freccupa.net.br/2011/03/o-habito-de-ler-e-o-nascimento-das.html>>. Acesso dia: 26/04/2011.

ProJovem – Saberes da Terra como possibilidade de qualificação profissional, escolarização e o desenvolvimento dos favorecidos pelo projeto. O reconhecimento da linguagem na dimensão do social e do político especialmente quando estamos nos referindo sobre as relações do campo, as questões abordadas tendem a atuarem nas reflexões não só sobre a sociedade, mas também na compreensão da função social que cada sujeito possui no ambiente onde existe.

A importância da leitura foi discutida por inúmeros estudiosos do cenário nacional, dentre eles, destacamos Paulo Freire, para quem o ato de ler poderia ser traduzido como "o ato mesmo de viver (...) que não se esgota na decodificação pura da escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo" (ARAÚJO, s/d). O hábito de ler não imunizou a população do campo onde o ímpeto material muitas vezes se caracteriza pela discrepância que moldou a trajetória do Estado brasileiro considerado por muitos, anti-social, antipopular, antidemocrático e subserviente política e culturalmente.

O exercício das práticas analisadas nesse estudo incutiu a possibilidade de compreender os papéis que a escrita vem desempenhando na constituição dos sujeitos, neste sentido, caminhamos na tentativa de perceber como a leitura e a escrita se configuram como espaços de reflexões e experiência.

O anúncio de novas práticas educacionais, vivenciadas principalmente entre os anos 50 e 60 do século XX, decorrentes, sobretudo, pelas mudanças na conjuntura política, que daquele momento até a década de 1980, viveriam um momento de reclusão dos princípios da democracia. No entanto, a educação no contexto da alfabetização passaria a ser o centro das discussões das propostas políticas, especialmente a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

São inúmeros os estudos e as compreensões sobre as maneiras sob as quais o conhecimento da leitura e da escrita podem modificar o presente.

(...) Desde Paulo Freire e seu entendimento da alfabetização como ação cultural, passando pelos estudos da sociolinguística, da sociologia da linguagem e da psicolinguística, chegando à história da leitura e à antropologia, temos enfrentado questões do hoje denominado letramento que nos situam em outro patamar de reflexão, de discussão crítica e de proposição de políticas e de práticas. (KRAMER, 2000, p. 19)

A constituição do homem como sujeito social impõe a discussão sobre os preceitos proferidos por W. Benjamin que ao tomar como subsídio a teoria crítica da cultura compreende que o papel da narrativa se estabelece como central, quando pode ser percebida como espaço de diálogo e de rememoração (KRAMER, 2000). No cotidiano, a prática em diversos momentos se esgota no processo de sua realização, no espaço da experiência essa ação é repassada a outro, compartilhada. O caráter de permanência, de ir para além do momento vivido, torna-se coletiva e constitui a experiência. Ao reconhecermos a leitura como experiência, estamos reconhecendo os valores contidos na sociedade.

Para ser entendida como experiência, vamos pensar nas maneiras como a leitura é praticada. A forma como a leitura é realizada não está relacionada ao acúmulo de informação sobre os clássicos, estilos, correntes literárias, mas no modo como ela desencadeará uma reflexão sobre a sistematização do espaço ocupado e da forma que o sujeito atua na sociedade, antes contida apenas nos livros. Neste sentido, "escrever significa aqui sempre (re)escrever, interferir no processo, deixar-se marcar pelos traços vividos e da escrita" (KRAMER, 2000, p. 22).

Na medida em que se configuram como experiência, a leitura e a escrita acabam assumindo uma importante função na formação dos sujeitos. Ao defendermos uma perspectiva de formação cultural crítica de forma a transformá-la pela ação, da manutenção de princípios e valores de justiça social, solidariedade, etc, estamos nos esforçando para a atuação contra a opressão e a favor da liberdade e da importância do diálogo. A linguagem pode ser pensada como espaço que favorece a prática humanizadora que imprime a necessidade da reflexão, de se

pensar no papel da coletividade e do individualismo como formas da condição humana dos sujeitos.

O processo de humanização e do resgate da experiência humana indica o valor da conquista da capacidade de ler o mundo, de mudar, criar, escrever.

(...) Trata-se aqui da dimensão formadora da leitura e da dimensão formadora da escrita para além do seu caráter instrumental, de gosto ou necessidade. Assim, se penso na leitura e na escrita como experiência, é porque as entendo como espaço da indignação e da resistência, contribuindo para a formação dos sujeitos e para a educação. (KRAMER, 2000, p.25)

Entender a escrita e a leitura como ferramentas para pensar a experiência vivida é pensar na influência de ambas na experiência de vida dos sujeitos cotidianamente. A questão educacional no Brasil demonstra que existe "um alto índice de jovens que estão atrasados no ano escolar, quanto ao índice de evasão escolar também pode ser considerado alto, há baixa frequência dos alunos na escola" (IPEA, 2008, p. 14 apud. SOUZA, 2011, p. 2). Os efeitos da recomposição do sistema capitalista vêm afetando de sobremaneira os jovens brasileiros, que penalizados no cotidiano pressionam o governo brasileiro para a elaboração de programas sociais.

A leitura como elemento significativo na construção e no desenvolvimento do conhecimento, acaba se configurando como uma importante ferramenta para mudanças sociais é uma:

(...) forma exemplar de aprendizagem, é também um dos meios mais eficazes de desenvolvimento da linguagem e da personalidade (...) Ela possibilita uma melhor compreensão do mundo, permitindo ao indivíduo uma visão crítica da realidade (...) Por isso, não é por acaso que as sociedades menos desenvolvidas e mais dominadas são as que não lêem, são aquelas que admitem o analfabetismo com naturalidade. (SOUZA, s/d)

Nesse contexto de reestruturação do capitalismo a educação profissional vem somando forças e ganhando espaço. Sendo assim, essa problemática demonstra a importância do desenvolvimento de estudos sobre as políticas públicas de inclusão de jovens no território brasileiro. Analisar a experiência do programa social do governo federal ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), será perceber os limites das práticas que procuram diminuir a miséria social através do encaminhamento da juventude por vias de políticas públicas para este sujeitos (SOUZA, 2011, p. 8).

A prioridade por reflexões que envolvam o universo da leitura e da escrita no ambiente de uma escola no campo partiu da necessidade de compreender em que medida os programas direcionados ao desenvolvimento dessas atividades estão cumprindo os pressupostos de possuir "estatuto de criticidade [...] através da organização de dinâmicas pedagógicas que permitam aos leitores trabalhar com três movimentos de consciência: constatar, refletir, transformar" (SILVA, s/d, p. 63).

A representação hostil do camponês demonstra que a elaboração da representação dos seus aspectos culturais como fatores legitimam o atraso. A plena realização do desenvolvimento econômico compreendido como elemento crucial na modernidade pretendida pelo país revela a importância das discussões sobre: o analfabetismo no mundo rural, a intolerância cultural e a política educacional para a escola do campo. "A forma intolerante de representação do camponês revela, na verdade, o lugar político que o Estado e as classes dominantes definiram para este grupo social na integração de excluídos ao projeto modernizador brasileiro" (SOUZA, s/d, p. 1).

Pensar a escolarização das populações rurais como um desafio da educação brasileira incide na valorização do processo de aprendizagem forma, bem como a inclusão de conhecimento e valores inerentes a cultura dos sujeitos do campo. Repensar o papel social dos sujeitos e sua relação com exercício da leitura e da escrita como elementos que partem da palavra, da linguagem para que a leitura de mundo seja realizada. Neste sentido, refletir sobre as experiências decorrentes das questões aqui abordadas é propor a existência de possibilidades de práticas

transformadoras, principalmente no que diz respeito a valorização dos saberes do campo.

A palavra deve ser para os educadores, o anúncio e também a denúncia. Deve ser um instrumento para ensinar e também para aprender. E, se o caminho se faz ao caminhar, a palavra também é aprendida e apreendida pelos descaminhos da vida. Vida vivida e sobrevivida por entre trilhas e atalhos onde o escrever é uma forma de manifestar a palavra. Aprender a dizer, compreender e escrever a palavra possibilita caminhar por caminhos desconhecidos e fascinantes pela aventura de apreender e ensinar o outro a escrever, pois, conforme Freire, o professor deve ser o “ensinante”, mas também o “aprendente”. Nessa aventura descobre-se o poder da palavra que, por natureza, é dialógica, é origem e é síntese; é subjetiva, mas também objetiva.

Conforme Possas (1999):

(...) Ler e escrever constitui, hoje, uma demanda social que precisa mais do que nunca ser re-significada e atendida pela escola. Neste sentido, é fundamental redefinir junto aos professores o conceito de alfabetização e o que significa estar alfabetizado numa sociedade contemporânea letrada. O domínio do sistema lingüístico é ferramenta indispensável para o exercício da cidadania, embora nossa experiência demonstre que nem sempre saber ler e escrever garante ao indivíduo autonomia e participação civil. (POSSAS, 1999, p. 29 apud. SOUZA, s/d)

A educação de jovens e adultos do ponto de vista político proclama a necessidade de ser constante o processo de aprendizagem que enfatize a formação de sujeitos autônomos, atuantes no cenário social. Pensar a aprendizagem como ato educativo exige fôlego pedagógico que atue na direção de desenvolver a sociedade. De acordo com Perez e Garcia (2001).

(...) alfabetizar é principalmente aprender de forma crítica a “ler e escrever a realidade cultural” (RÍO DEL, 1997), uma realidade cultural que de alguma maneira incide no pensamento. Mas a alfabetização, que não é

independente do contexto em que é desenvolvida, “não deveria ser limitada e estática, referindo-se apenas a aspectos orais, escritos ou matemáticos, mas teria de evoluir para necessidades diversas e mutantes” (RIVERO, 1990) de cada contexto e de cada sujeito. Esta dimensão contextual e situada da alfabetização faz que com ela não se reduza a um simples aumento da consciência lingüística que permite externalizar, descontextualizar e tornar permanente o que se diz; pelo contrário, a alfabetização deve aspirar a ser, em primeiro lugar, uma ajuda muito útil para superar de forma crítica, autônoma e solidária a dependência contextual que dota o sujeito das ferramentas e dos instrumentos oportunos para participar ativamente da tomada de decisões que afetam sua realidade. (PÉREZ; GARCIA, 2001, p. 51 apud. SOUZA, s/d,)

As mudanças dos programas de ordem econômica e tecnológica que vêm caracterizando a sociedade do terceiro milênio aliado ao conhecimento técnico-profissional poderão dar o suporte necessário para a busca de novas oportunidades de trabalho e contribuindo para o surgimento de fontes de renda para a população. O desenvolvimento de políticas educacionais vem revelando as novas demandas da cultura política no Brasil decorrentes dos movimentos sociais, associados especialmente aos trabalhadores rurais o que impõe a compreensão das noções de cidadania (NASCIMENTO, s/d, p. 178). As características básicas da educação do campo consistem na elaboração de um projeto político-pedagógico de sociedade e sua capacidade de intervenção nos processos educacionais, ainda representa uma possibilidade de projeto popular alternativo para o desenvolvimento da realidade do campo brasileira.

A tentativa de formar jovens e adultos autônomos capazes de atuar no sentido de evitar a reprodução da miséria social implica diretamente no desenvolvimento de mecanismos educacionais de intervenção na construção de uma sociedade justa e igualitária. Superar as condições sociais por vias educacionais exige medidas e ações que garantam ensino de qualidade que priorize a constituição dos sujeitos enquanto cidadãos. O domínio do conhecimento das modernas formas de organização social evoca a necessidade desse saber na busca pela superação dos problemas vivenciados pela sociedade.⁶

⁶ Ver mais em NASCIMENTO, s/d, p.183.

Os compromissos com a desigualdade, a soberania, o desenvolvimento, a sustentabilidade e a democracia implicou na necessidade de se reconhecermos a necessidade de se construir uma educação do campo com qualidade, bem como reconhecer as conquistas legislativas e do cotidiano dos povos do campo (NASCIMENTO, s/d, p. 186). Implementada como política pública do governo Lula, o ProJovem – Saberes da Terra⁷ se aplica enquanto programa de escolarização de jovens e adultos oriundos do campo em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), associado ao desenvolvimento das capacidades sociais e profissionais.

Ao propiciar aos jovens brasileiros a possibilidade de reintegração junto ao processo educacional, bem como da qualificação e do desenvolvimento humano dos sujeitos envolvidos no programa ProJovem Campo - Saberes da Terra, o intuito dessa política pública era:

(...) A construção de uma política educacional que reconheça as necessidades próprias dos sujeitos, a diversidade e a realidade diferenciada do campo, aliada à construção de uma política nacional de juventude em que os jovens do campo são reconhecidos como sujeitos de direitos constitui-se na prioridade do atual Governo Federal. (Projeto Base ProJovem Campo – Saberes da Terra, 2006, p.5)

Elaborado num contexto sócio-histórico de mobilização para a garantia dos direitos dos povos do campo, a educação dessa população sempre representou um desafio político-pedagógico. A inovação de um conjunto de políticas governamentais direcionadas para a educação nacional se configura como uma provocação que condiciona "educação e trabalho a um paradigma de educação e sociedade cujo objetivo é construir uma nova dimensão de desenvolvimento do campo" (Projeto Base ProJovem Campo – Saberes da Terra, 2006, p. 15).

A educação destinada ao meio rural, desde os primórdios de sua existência, não vêm atuando no intuito de legitimar a homologação de políticas públicas

⁷ Ver mais em NASCIMENTO, s/d, p. 192.

destinadas aos trabalhadores rurais que negligenciados do direito de cidadania e educação muitas vezes estão condenados ao analfabetismo e à exploração. O processo histórico da educação do campo no Brasil revela que o marco dessa modalidade foi a realização no ano de 1998, da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, na cidade de Luziânia-GO (NASCIMENTO, s/d, p. 186) "A concepção de escola do campo procura defender os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa" (NASCIMENTO, s/d, p. 189)⁸.

3 CONSIDERAÇÕES

A prioridade da formação de leitores durante muito tempo esteve associada aos princípios da memorização de conteúdos, do que necessariamente a produção de sujeitos autônomos capazes de interagirem com as instâncias e espaços orais e escritos. As estratégias de desenvolvimento da escrita implicam na apreensão dessa prática de maneira a desencadear a criticidade e a autonomia através da relação com as demais formas de aprendizagem. A inserção e maior mobilidade social dos sujeitos através da prática da leitura e da escrita no programa de Educação para Jovens e Adultos demonstra que o aprendizado e os conteúdos a serem priorizados em sala de aula apresenta como princípio a conscientização do papel social e político dos sujeitos.

Pensada como mediadora cultural, a escola desempenha um importante papel, apresentando-se como instrumento essencial na formação de leitores. O desenvolvimento da escrita e da leitura, de maneira objetivada apresenta o ProJovem – Saberes da Terra como ferramenta no processo de aprimorar as potencialidades do sujeitos enquanto ser social. Produzir sentidos e auxiliar no alargamento das práticas abordadas perpassa por questões como o reconhecimento da importância da educação para os povos do campo.

⁸ Ver mais em NASCIMENTO, s/d, p. 193-194.

Na sociedade contemporânea a leitura e a escrita se apresentam como espaços culturais e de vivências na formação do conhecimento. No processo de alfabetização o viável é evitar a leitura mecânica, numa perspectiva de propor uma aprendizagem com vias para a compreensão. Reconhecer os efeitos desencadeados pela leitura consiste de maneira geral, discutir questões sobre as práticas de leitura como mecanismo de motivação e desenvolvimento dos sujeitos do campo. Ao ampliar a capacidade de conhecimento crítico do mundo em que vivem através da prática da leitura e da escrita o Programa ProJovem – Saberes da Terra atuou no sentido de conceder a população historicamente excluída do processo educacional, o reconhecimento das necessidades peculiares aos povos do campo.

Referências

ARAÚJO, Rodrigo da Costa. **A importância do ato de ler**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhs-pdf902/a-importancia-ler/a-importancia-ler.pdf>>. Acesso dia: 26/04/2011.

BRASIL. Lei 11.692 de 10 de junho de 2008. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM**, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. DOU de 11.6.2008.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

KLEIMAN, Angela B. (org.) **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

KRAMER, Sônia. **Leitura e escrita como experiência – seu papel na formação de sujeitos sociais**. Revista Presença Pedagógica, v. 6, n. 31, jan./fev., 2000.

_____. **A concepção escolar da Leitura: oficina de leitura (teoria e prática)**. São Paulo: Pontes Editores, 1993.

_____. **Aspectos cognitivos da leitura**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 1989.

MAUÉS, Flamarion . **A exclusão da leitura.** Revista Teoria e Debate, São Paulo, p. 68 - 70, 01 mar. 2002.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **Políticas "Públicas" e Educação do Campo: em busca da cidadania possível.** Revista Travessias, p. 178 – 193.

PÉREZ, F. C. & GARCIA, J. R. **Ensinar ou aprender a ler e a escrever?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Disponível em: <http://www.fiscolex.com.br/doc_10200373_PROGRAMA_NACIONAL_DE_INCLUSAO_DE_JOVENS_PROJOVEM_.aspx>. Acesso em dia 26/06/2011.

Projeto Base ProJovem Campo – Saberes da Terra, 2006. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-complementares/1476-projovem-campo>>. Acesso dia: 26/06/2011.

SILVA, Theodoro. **Leitura na Escola e na Biblioteca.** Campinas: Papyrus, 1986.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **A leitura no contexto escolar.** Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.pdf/ideias_05_p063-070_c.pdf>. Acesso em 26/04/2011.

SOUZA, Claudia Moraes de. **Discursos Intolerantes: o lugar da política na educação rural e a representação do camponês analfabeto.** Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/educacao03/materia02/rural.pdf>>. Acesso dia: 26/06/2011.

SOUZA, José dos Santos. **Elevação de escolaridade integrada à educação profissional como política de inclusão social de jovens.** V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo – Marxismo, Educação e Emancipação Humana, UFSC – Florianópolis, Abril, 2011.

SOUZA, Leila. **A importância da leitura para a construção do conhecimento na sociedade contemporânea.** Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/a-importancia-da-leitura-para-a-construcao-do-conhecimento-na-sociedade-contemporanea-3767615.html>>. Acesso dia: 26/06/2011.

TROCATE, Charles. **O hábito de ler e nascimento das bibliotecas.** Disponível em: <<http://www.freccupa.net.br/2011/03/o-habito-de-ler-e-o-nascimento-das.html>>. Acesso dia: 26/04/2011.

VYGOTSKY, L. . **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes. 1989.

ZAPPONE, Mirian H. Yaegashi. **Práticas de leitura na escola.** 2001. 260 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral

